

Caderno ● de apoio

Caderno ● de apoio

para a



6ª Conferência



Nacional das Cidades



MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Índice

4 Apresentação

5 O que é a PNDU?

8 O que é o Conselho das Cidades?

9 O que é a Conferência Nacional das Cidades?

10 O que é o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano?

11 Quais são os próximos passos da PNDU?

12 Referências

Apresentação

A participação das pessoas é essencial para construir cidades mais justas e sustentáveis. Por isso, este caderno foi elaborado para apresentar os fundamentos da **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)**, permitindo que mais pessoas compreendam sua importância e contribuam para sua construção.

A PNDU é resultado de um longo processo de debate e construção coletiva, envolvendo diversas entidades e pessoas, com destaque para o Conselho das Cidades e as Conferências Nacionais das Cidades. A **6ª Conferência Nacional das Cidades**, prevista para outubro de 2025, será um momento decisivo para debater como a PNDU pode evoluir e se tornar lei federal.

Ao conhecer melhor a PNDU, todas as pessoas podem participar de forma mais ativa nas discussões e decisões sobre o futuro das cidades brasileiras. Quanto maior o envolvimento da população, mais representativa e efetiva será nossa política urbana.

Convidamos você a saber mais sobre a PNDU e fazer parte dessa construção!

O que é a PNDU?

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) é um conjunto de ações do governo para promover o desenvolvimento urbano sustentável no Brasil.

A PNDU está em fase de elaboração.

O desenvolvimento urbano, nesse contexto, envolve o planejamento, a gestão, e a transformação das cidades, para garantir que sejam justas, democráticas e sustentáveis. O objetivo é melhorar a qualidade de vida da população e atender suas necessidades e demandas.

Atualmente, as políticas urbanas do país estão em diversas leis, programas e ações. A PNDU não substitui esses avanços já conquistados, **mas atua como um elo, coordenando essas políticas e conectando áreas essenciais**, como como habitação, saneamento, mobilidade, desenvolvimento urbano e outros sistemas urbanos tendo um olhar especial para as periferias e buscando um olhar inovador por meio da promoção da justiça climática.

A PNDU é um esforço para enfrentar as complexidades do desenvolvimento urbano no Brasil por meio de uma abordagem nacional, integrada e participativa. Sua importância está na sua capacidade de promover cidades mais justas, democráticas e sustentáveis, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas.

Confira o histórico da construção da PNDU:

1975

1ª tentativa de elaboração de uma PNDU, conduzida de forma restrita a técnicos e especialistas

1979

Lei de Parcelamento do Solo Urbano
(Lei Federal nº 6.766/1979)

1988

Constituição Federal

2001

Estatuto da Cidade
(Lei nº 10.257/2001)

2003

Criação do Ministério das Cidades
1ª Conferência Nacional das Cidades
Passo inicial na construção democrática da PNDU

2005

Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS
(Lei nº 11.124/2005)

2ª Conferência Nacional das Cidades

2006

Criação do Conselho das Cidades – ConCidades
(Decreto nº 5.790/2006)

2007

Política Nacional de Saneamento Básico
(Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020)

3ª Conferência Nacional das Cidades

2009

Programa MCMV e Regularização Fundiária
(Lei nº 11.977/2009)

Política Nacional sobre Mudança do Clima
(Lei nº 12.187/2009)

2010

Política Nacional de Resíduos Sólidos
(Lei nº 12.305/2010)

4ª Conferência Nacional das Cidades

2012

Política Nacional de Mobilidade Urbana
(Lei nº 12.587/2012)

clique na
lei para
acessar

2013

5ª Conferência Nacional das Cidades

2015

Estatuto da Metrópole
(Lei nº 13.089/2015)

2017

Destituição do Ministério das Cidades e fusão com
Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Lei da Regularização Fundiária
(Lei nº 13.465/2017)

2019

Início do processo de construção participativa
dos Objetivos de Desenvolvimento Urbano
Sustentável (ODUS)

2023

Recriação do Ministério das Cidades

2024

Política Nacional de Desenvolvimento Regional
(Decreto nº 11.962/2024)

Programa Periferia Viva
(Decreto nº 12.260/2024)

Lei de diretrizes para a elaboração de
planos de adaptação à mudança do clima
(Lei nº 14.904/2024)

2025

6ª Conferência Nacional das Cidades
(a ocorrer)

em construção

Política Nacional de
Desenvolvimento
Urbano (PNDU)

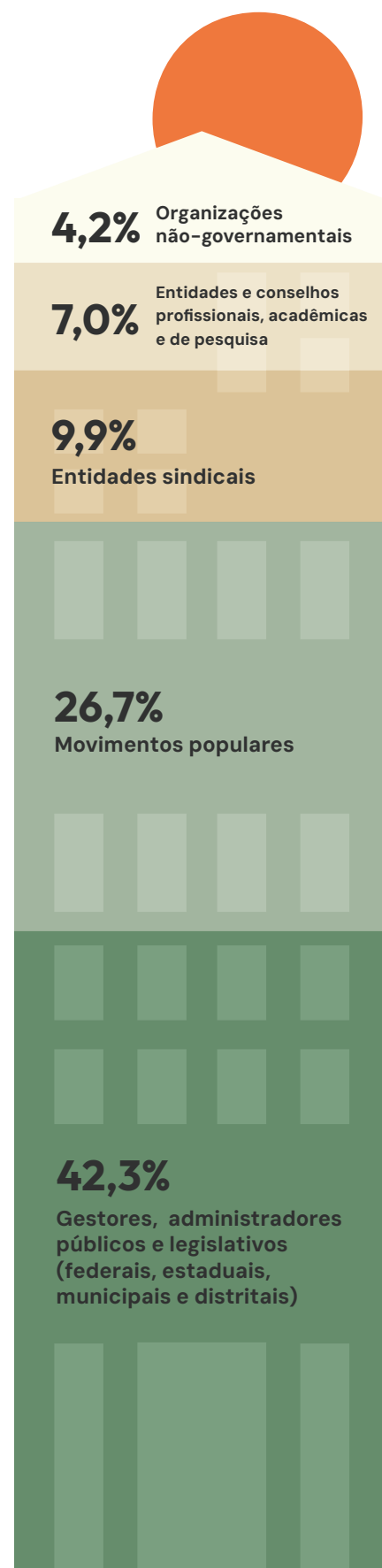
clique na
lei para
acessar

O que é o Conselho das Cidades?

O Conselho das Cidades (ConCidades) é um instrumento de gestão democrática da política urbana que integra a estrutura do Ministério das Cidades. Ele é um órgão colegiado, ou seja, um grupo formado por representantes do governo e de diferentes setores da sociedade civil para tomar decisões em conjunto. O seu objetivo é garantir a participação popular na criação, acompanhamento e avaliação da PNDU.

O ConCidades tem funções deliberativas e consultivas, ou seja, ele pode tomar decisões sobre aquilo que seu regimento lhe atribui e orientar o governo com sugestões e análises. Além disso, ele é responsável por organizar a Conferência Nacional das Cidades, na qual são escolhidos os conselheiros do ConCidades.

Além do ConCidades em nível nacional, também existem conselhos ou órgãos similares nos estados e municípios. Todos contam com representantes de diversos setores da sociedade. Essa estrutura garante que diferentes vozes sejam ouvidas na construção das políticas públicas para o desenvolvimento urbano, fortalecendo a participação democrática.

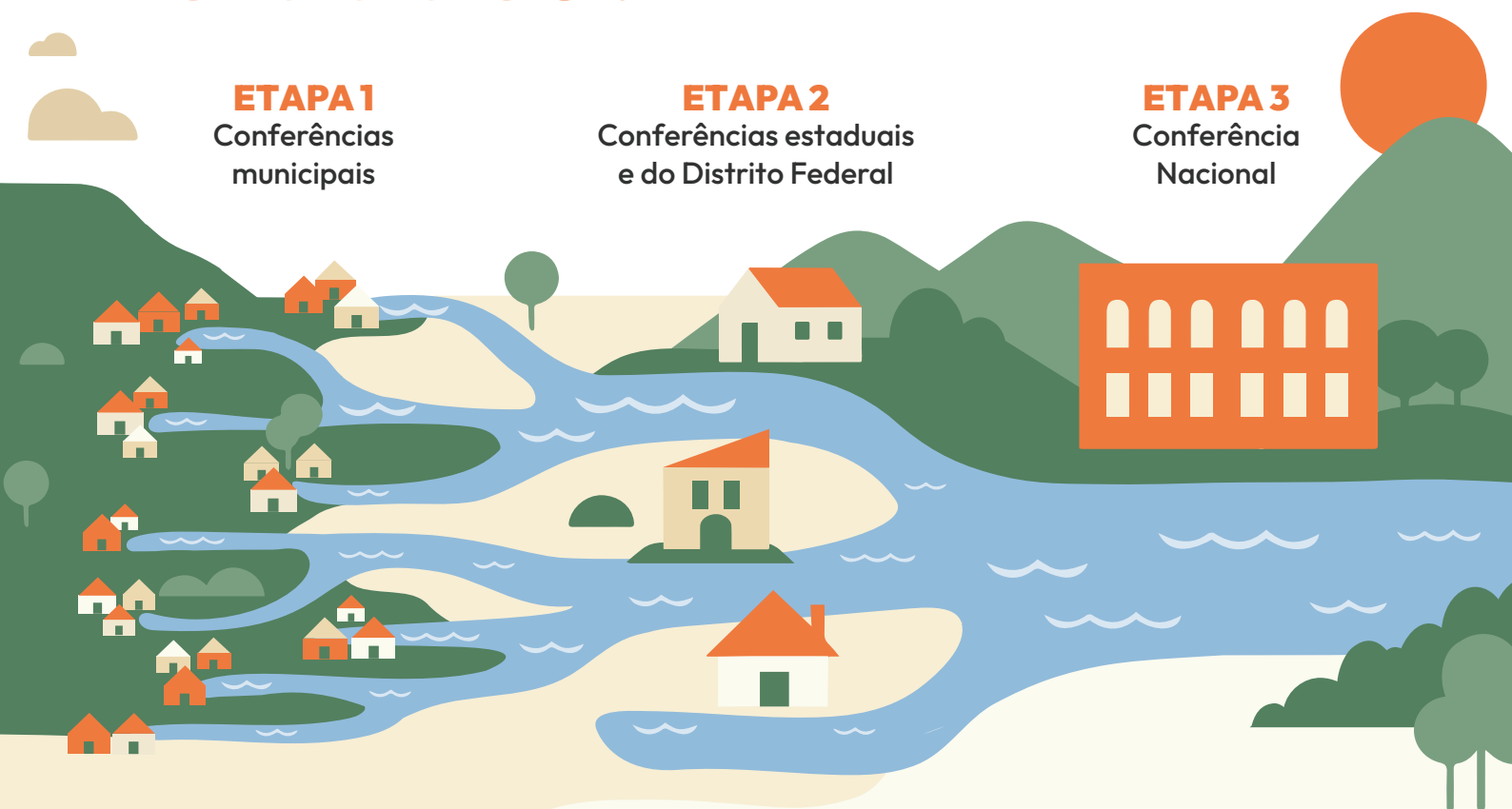


O que é a Conferência Nacional das Cidades?

ETAPA 1
Conferências municipais

ETAPA 2
Conferências estaduais
e do Distrito Federal

ETAPA 3
Conferência
Nacional



A Conferência Nacional das Cidades (CNC) é um espaço de gestão democrática da política urbana. Isso significa que as decisões são tomadas com a participação ativa da sociedade. O principal objetivo da Conferência é mobilizar, sensibilizar e promover o diálogo entre o poder público e a sociedade civil sobre assuntos relacionados à PNDU.

As conferências acontecem em **três etapas**: municipal, estadual e nacional. O processo de construção das propostas segue uma lógica que vai do específico para o comum. Assim, as necessidades e ideias surgem nas cidades, são debatidas nos estados e, por fim, levadas à etapa nacional, onde se transformam em diretrizes mais amplas.

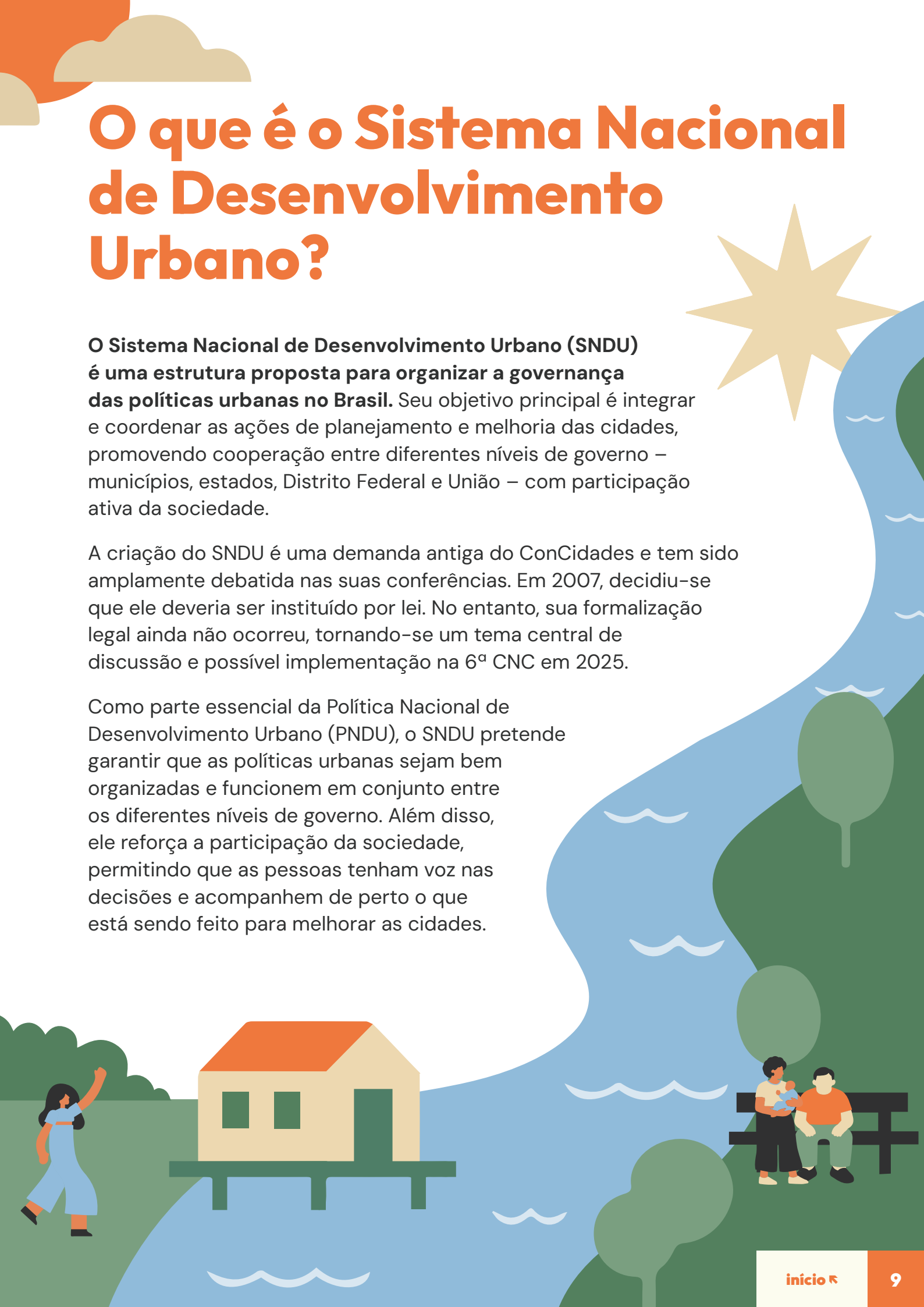
Todas as pessoas podem participar das conferências municipais, estaduais e nacional. Porém, apenas os delegados têm direito a voz e voto. Os delegados das Conferências das Cidades são escolhidos de maneiras diferentes em cada etapa (municipal, estadual e nacional).

O que é o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano?

O Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) é uma estrutura proposta para organizar a governança das políticas urbanas no Brasil. Seu objetivo principal é integrar e coordenar as ações de planejamento e melhoria das cidades, promovendo cooperação entre diferentes níveis de governo – municípios, estados, Distrito Federal e União – com participação ativa da sociedade.

A criação do SNDU é uma demanda antiga do ConCidades e tem sido amplamente debatida nas suas conferências. Em 2007, decidiu-se que ele deveria ser instituído por lei. No entanto, sua formalização legal ainda não ocorreu, tornando-se um tema central de discussão e possível implementação na 6ª CNC em 2025.

Como parte essencial da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), o SNDU pretende garantir que as políticas urbanas sejam bem organizadas e funcionem em conjunto entre os diferentes níveis de governo. Além disso, ele reforça a participação da sociedade, permitindo que as pessoas tenham voz nas decisões e acompanhem de perto o que está sendo feito para melhorar as cidades.



Quais são os próximos passos da PNDU?

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) está avançando!

O próximo passo é a 6ª Conferência Nacional das Cidades, que terá como tema **“Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”**.

Nesse grande encontro, serão avaliadas e propostas diretrizes para a versão preliminar da lei que criará a PNDU.

As discussões começaram nas etapas municipais, que precisam acontecer até 30 de junho. Depois, será a vez das etapas estaduais e do Distrito Federal, com prazos até 31 de agosto. A conferência nacional acontecerá em outubro de 2025 e será o momento mais importante para refletir e tomar decisões.

A sua participação é muito importante! Conhecer e participar das conferências é uma oportunidade de ajudar a formar as políticas públicas que vão moldar as cidades do Brasil.

CALENDÁRIO

até
30 DE JUNHO
Etapas municipais

até
31 DE AGOSTO
Etapas estaduais

OUTUBRO
Etapa nacional





Referências

Clique para acessar



Ministério das Cidades

Ministro das Cidades

Jader Fontenelle Barbalho Filho

Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

Carlos Roberto Queiroz Tomé Junior

Diretor de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital

Yuri Rafael Della Giustina

Analista do Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital

Leonardo Rizzo de Melo e Souza

Apoio Técnico:

WRI Brasil

Laura Azeredo

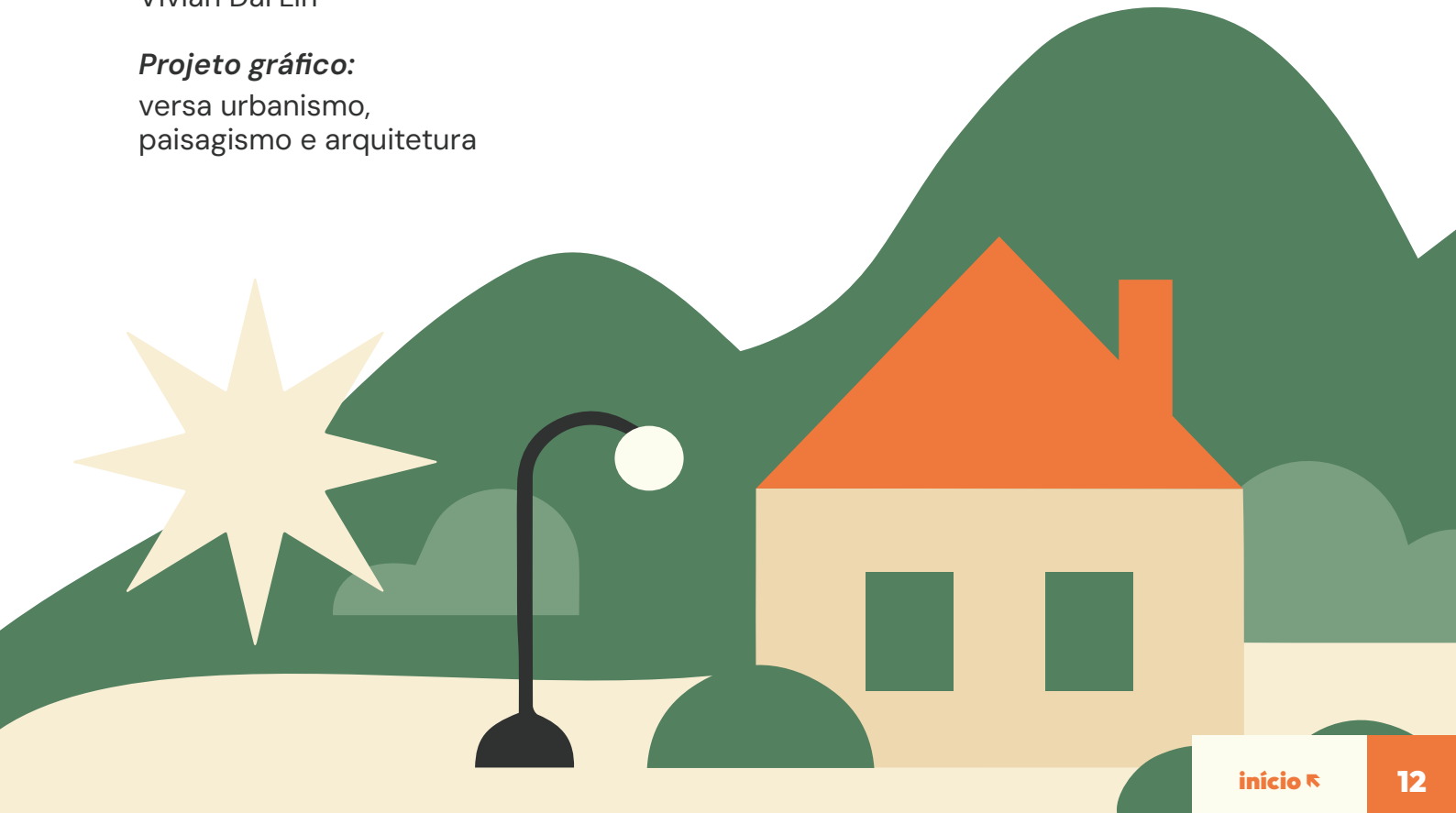
Camila Alberti

Millena Oliveira

Vivian Dal'Lin

Projeto gráfico:

versa urbanismo,
paisagismo e arquitetura



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Apoio técnico:

